



Índice

- 01** Publicado decreto que institui a Política Estadual dos povos e comunidades tradicionais
- 02** Jovem Kaiowá de Pyelito Kue é baleado por seguranças privados no Mato Grosso do Sul
- 03** Índios querem nova Terra Indígena no sul da Bahia
- 04** Indígenas e quilombolas firmam aliança para a demarcação de terras no sertão de PE
- 05** Índios & Quilombolas de Oriximiná: trocas em gestão territorial
- 06** SEPPIR e PNUD selecionam consultoria em mapeamento de comunidades de matriz africana do Rio de Janeiro e do Rio Branco
- 07** Índios Tremembé envolvidos em novo conflito de terras
- 08** Em Roraima, MPF quer garantir bolsa a indígenas matriculados na UFRR
- 09** Brasil busca em tribos indígenas talentos no tiro com arco
- 10** Choque etnocultural é ameaça à língua Indígena
- 11** Minha Casa, Minha Vida atende comunidade quilombola de Ituberá
- 12** Reportagem preconceituosa e anti-indígena concorre a Prêmio Esso
- 13** Igualdade Racial de Conquista apoia Iº Seminário de Indígenas e Quilombolas da UESB



-
- 14** Ronda da Cidadania : Comunidade quilombola recebe serviços
 - 15** Funai lança edital para apoiar planos de gestão para terras indígenas
 - 16** COMUNIDADE QUILOMBOLA FESTEJA O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
 - 17** Comunidade quilombola do Acará recebe oficina sobre cultura digital
 - 18** PA: Famílias da Terra Indígena Maró fazem acampamento contra derrubada de árvores
 - 19** Alunos da UFPI realizam Campanha MIMBÓ
 - 20** Proteção da Terra Indígena Alto Rio Guamá envolve índios e governos
 - 21** Exposição reúne produtos confeccionados por mulheres quilombolas
 - 22** Com a ocupação supostamente indígena, invasão ilegal de terra se expande na Zona Norte
 - 23** Convênio destina R\$ 8 milhões aos Jogos Mundiais Indígenas
 - 24** Sem demarcação das terras, índios Tremembé sofrem ameaças
 - 25** Jovem Guarani Kaiowa é baleado por seguranças privados no MS
 - 26** ONU Mulheres pede justiça sobre assassinato da liderança indígena Kaiowá Marinalva Manoel
 - 27** Carta Aberta dos povos indígenas Kaingang e Guarani do RS à presidente da República



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2014

Brasília, 11 de novembro de 2014.

Publicado decreto que institui a Política Estadual dos povos e comunidades tradicionais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.11.2014

Governo da Bahia

O decreto que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PEDSPCT) foi publicado na edição desta sexta-feira, 7, no Diário Oficial do Estado. A resolução tem o objetivo de promover o desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais da Bahia, de modo que sejam garantidos seus direitos sociais, ambientais, econômicos, culturais, educacionais e o acesso a serviços de saúde de qualidade.

A medida é resultado dos esforços da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT), que também será responsável por coordenar a sua elaboração e implementação. A partir desta data, a CESPCT passa a ser composta por 18 representantes da sociedade civil – dentre eles, três representantes dos povos indígenas, três dos povos de terreiros, dois de comunidades de fundos de pasto, dois de comunidades de pescadores e marisqueiras e um membro da comunidade cigana.

Fazem também parte da comissão 18 representantes do poder público, com a inclusão das secretarias do Planejamento, de Infraestrutura e da Indústria, Comércio e Mineração. Desde a criação da comissão, em 2011, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) é nela representada através do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI).

A PEDSPCT pretende garantir a legalização das propriedades ou posse de territórios tradicionalmente ocupados e utilizados por esses grupos. Dessa forma, os direitos à moradia serão consolidados e a preservação de suas tradições, costumes e hábitos ancestrais estarão assegurados por lei. Dentre os povos e comunidades contemplados estão os indígenas, ciganos, povos de terreiro, comunidades quilombolas, geraizeiros, marisqueiras, comunidades de fundos e fechos de pasto, pescadores artesanais e extrativistas.

Clique [aqui](#) e veja o decreto.



Jovem Kaiowá de Pyelito Kue é baleado por seguranças privados no Mato Grosso do Sul

SÍTIO CIMI, 10.11.2014

As demarcações de terra indígenas seguem paralisadas, já para a violência, as porteiras permanecem sempre abertas no estado do Mato Grosso do Sul. Há pouco mais de uma semana, o corpo da jovem Marinalva Guarani-Kaiowá de apenas 27 anos foi encontrado às margens da BR-163, próximo ao município de Dourados. Seu corpo apresentou marcas de 35 golpes por cortes de faca. No entardecer de ontem, 9 de novembro, outro jovem Kaiowá foi vítima de ataque direto, desta vez executado contra um grupo indígena da aldeia de Pyelito Kue, localizada na região de Iguatemi.

Por sorte, o destino de Adriano Lunes Benites, de 21 anos, foi diferente do de Marinalva. O jovem foi alvejado na perna por uma bala de borracha, conforme constatado em laudo médico, por um "segurança particular", mas acabou saindo com vida do episódio. Segundo a comunidade de Pyelito, Adriano estava na companhia de outros três jovens, dentre eles, duas mulheres que carregavam crianças de colo e que deixaram a aldeia para buscar Guaviras-espécie de fruto típico do cerrado- para comer.

Tendo conseguido as frutas, os indígenas retornavam para casa na estrada pública, divisa entre o Tekoha (Aldeia/lugar onde se é) e os limites da fazenda Cachoeira, quando o grupo ouviu primeiro o barulho de motocicletas se aproximando e logo depois gritos hostis proferidos contra os indígenas. Já era tarde para recuar. Os Kaiowá foram alcançados por dois homens que portavam uniforme de segurança privado e foram reconhecidos pelos indígenas como "contratados" dos fazendeiros da região.

Os homens chegaram disparando para cima e tão logo alcançaram o grupo indígena, os ameaçaram. Os seguranças atribuíram ironicamente aos jovens Kaiowá a alcunha de "teimosos" por terem saído do que eles definiram como "o cercado dos índios". No caso, o cercado referia-se aos limites da área ocupada hoje pelos indígenas.

Agressivamente disseram que o lugar dos índios ficaria "da cerca para dentro" e que não seria permitido o trânsito de nenhum deles por aquela estrada. Aos gritos anunciaram que os indígenas aprenderiam ainda aquela tarde uma lição. Neste momento quando os indígenas tentaram fugir, os seguranças utilizaram de bombas de gás lacrimogêneo e de spray de pimenta contra o grupo. Os jovens em pânico e completamente atordoados procuraram proteger as crianças que choravam muito. Enquanto isso, os seguranças começavam nova sequência de disparos, desta vez diretamente contra os indígenas.

Segundo os relatos, as balas raspam a cabeça das mães ao mesmo tempo em que uma bala de borracha atingiu a perna de Adriano, o jovem caiu no chão e lá permaneceu deitado, sem

CONT.



que nenhum dos indígenas esboçassem qualquer forma de reação. Na sequência, um dos seguranças guardando sua arma passou a andar em círculos em torno de Adriano incitando o indígena a levantar e brigar com ele "de mãos limpas". Ao ver que Adriano não revidaria os seguranças partiram para insultos verbais, provocando o tempo inteiro os indígenas com frases como: "Queremos ver se vocês são tão valentes agora" e "onde esta o povo indígena".

Depois disso, os seguranças se afastaram e subiram novamente em suas motocicletas. Os demais jovens ajudaram Adriano a levantar e começaram arrastá-lo com a maior velocidade que conseguiam pela estrada. Os motoqueiros ao baterem em retirada efetuando os últimos disparados que passaram zunindo sobre a cabeça do grupo Kaiowá.

Com o barulho, alguns indígenas tomaram o rumo da estrada apela qual Adriano era carregado encontrando em seguida o grupo que ainda se encontrava atordoado pelo efeito do gás lacrimogêneo.

Por telefone, um dos filhos da Cacique, que por motivos de segurança não será identificado, disse que "a comunidade não vai aceitar nem mais um dia ser tratada desta maneira. Estamos vivendo feito bicho, pior que gado, querem nos cercar, nos manter em cativeiro, com fome, sem saúde, se for assim partiremos para nosso direito e para nosso território".

Os indígenas, revoltados, exigem o imediato comparecimento da Funai e da Polícia Federal, em Pyelito Kue, como há muito tem pedido. Anunciam que não irão ficar calados frente a todo este quadro de violência. Que se acaso não houver o comparecimento dos órgãos, a comunidade de Pyelito entenderá que a única solução possível para seu povo é a retomada imediata de todo o seu território e a expulsão dos fazendeiros das terras indígenas, uma vez que estando por conta e risco, a presença dos fazendeiros continuará significando perigo constante e diário para a comunidade indígena.

O povo Guarani-Kaiowá de Pyelito vem a tempo denunciando os cercos e ataques realizados por pistoleiros contra sua comunidade. Em fevereiro deste ano, fazendeiros da região de Iguatemi bloquearam as estradas de acesso ao território indígena impedindo o deslocamento dos Kaiowá para fora da aldeia.

Até mesmo a Funai foi impedida de prestar atendimento ou socorro aos indígenas. Armados, os fazendeiros falavam abertamente em atacar os Kaiowá no momento em que julgassem oportuno.

Em março, disparos foram efetuados por motoqueiros do portão que oferece acesso à aldeia. Esta se tornou uma prática recorrente nos meses seguintes. Já no dia 7 de outubro, ameaças endereçadas às lideranças foram feitas por parte dos fazendeiros e um dos barracos ocupados pelos indígenas chegou a ser incendiado.

As ameaças se tornaram atentados concretos. Apenas três noites depois, no dia 10 de outubro, motoqueiros voltaram a disparar contra a comunidade, refugiando-se após os disparos no interior da fazenda Cachoeira. Não bastasse, os fazendeiros voltaram a impedir os indígenas de sair, aterrorizando todas as noites a vida dos Kaiowá.

CONT.



Enquanto do lado de fora os pistoleiros rondam, do lado de dentro da aldeia a fome castiga. A situação de extrema miséria dos Kaiowá de Pyelito Kue vem sendo denunciada pelo Cimi há mais de vinte dias.

[Leia mais: No MS, comunidade de Pyelito Kue passa fome e os alimentos são sonegados pelo governo](#)

Em meio ao cárcere, no dia 12 de outubro uma criança de menos de dois anos de idade, Mikaeli Flores, morreu por desnutrição e ingestão de água imprópria para o consumo.

No dia 15 de outubro, recém tendo tomado consciência da morte de Mikaeli, em reunião com representantes nacionais da Funai e do Ministério da Justiça (MJ), realizada em Brasília, uma comitiva formada por mais de 40 lideranças Guarani e Kaiowá protocolaram documento pedindo atuação policial e proteção da parte dos órgãos responsáveis aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Pyelito Kue foi destacada na ocasião como uma das situações mais drásticas enfrentadas pelos Guarani e Kaiowá.

Enquanto indígenas são mortos, tendo rodovias como cemitérios ou são cercados tendo seu direito de ir e vir tolido pela brutalidade de pistoleiros, o silêncio é a única resposta advinda do Ministério da Justiça e demais órgãos. A morte de Marinalva e os disparos contra Adriano se somam as inúmeras denúncias diárias realizadas por membros de comunidades indígenas espalhadas por todo território brasileiro. Denúncias de violência aberta que no Mato Grosso do Sul manifestasse de maneira ainda mais contundente.

Enquanto isso, em Brasília os direitos indígenas seguem a perigo dentro da esfera institucional. Açoites aos direitos constitucionalmente conquistados são desferidos por representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Em efeito dominó viram jurisprudência e/ou práticas políticas executadas ao nível das comarcas locais. Com isso pistoleiros a serviço dos ruralistas ficam à vontade para realizar contra os povos originários as mais desumanas atrocidades. O fechar das portas para a demarcação das terras indígenas e a abertura das porteiras para a violência são medidas intimamente ligadas, que produzem no final das contas um único resultado, o extermínio progressivo e anunciado dos povos indígenas. A



Índios querem nova Terra Indígena no sul da Bahia

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 10.11.2014

Um grupo de índios que se autodeclara pataxó querem a criação de uma nova "aldeia" na Serra do Periperi, zona urbana de Vitória da Conquista. A área cobijada pelos índios fica dentro do Parque da Serra do Periperi, uma Unidade de Conservação Ambiental onde fica uma imagem do Cristo Redentor.

No último domingo os indígenas fizeram um ato no "alto do Cristo", próximo ao bairro Cruzeiro, para lembrar seus "antepassados e mostrar que ainda estão vivos". O grupo pede a criação de uma aldeia no local. Segundo dizem, a nova aldeia serviria para preservar sua cultura originária através da exploração da escultura do artista plástico Mário Cravo do Cristo no alto do morro como um ponto turístico.

Além da aldeia turística com a imagem do Cristo, os índios querem que a Serra do Periperi, com cerca de 160 hectares, seja demarcado como terra indígena. "Estivemos reunidos com a prefeitura há cerca de dois meses e ficamos de entregar um projeto de criação de uma aldeia para nós aqui em cima. Queremos fazer um resgate da nossa cultura e lutar por respeito às nossas tradições", disse o índio Caititu, 40, presidente da Associação Indígena do Sudoeste da Bahia, entidade criada em 2011.

Alguns dos índios, como Yara Pataxó, 40, relatam a ocupação imemorial da Serra do Periperi. "Nasci em Itamaraju, no extremo sul, e depois vim pra cá. Minha mãe e avó são índias, assim como meus tios, dentre outros parentes. Todos eles relatam histórias dos mais antigos sobre a nossa origem aqui na região", diz.

O índios dizem que o processo de reconhecimento da ocupação indígena da área já está em andamento junto à Funai. Segundo eles, a fundação já teria iniciado o processo de demarcação, mas não há prazo para conclusão do estudo.



Indígenas e quilombolas firmam aliança para a demarcação de terras no sertão de PE
SÍTIO CIMI, 10.11.2014

Se outrora indígenas e quilombolas do Nordeste resistiram juntos à escravidão, em guerras de libertação, caso da Cabanada, no século XIX, e na articulação entre aldeias e quilombos na luta pela terra, baseada em dinâmicas interculturais, hoje não é diferente para o povo Pankará e comunidades quilombolas localizadas no município de Itacuruba, sertão de Pernambuco.

Neste final de semana ocorreu o 1º Encontro de Comunidades Tradicionais de Itacuruba, envolvendo indígenas e quilombolas. Acossados pelas intervenções desastrosas do Estado brasileiro, seja pela remoção de famílias para a construção da Barragem de Itaparica, que desalojou toda a cidade de Itacuruba, obrigando sua refundação noutro canto de caatinga, seja pelo impacto no rio São Francisco, que já não dá mais peixes como antes, ou pela não demarcação das terras, as comunidades decidiram lutar e resistir juntas, contrariando a postura de Incra e Funai ao alimentar brigas entre os grupos.

As três principais pautas são: luta pela reforma agrária, demarcação das terras tradicionais, além da posição veemente contra grandes empreendimentos que possam afetar as comunidades da região – os traumas das remoções motivadas pela Barragem de Itaparica ainda são latentes, tanto que em tempos de mais seca, quando a cidade em ruínas emerge na água rasa, muitos ex-moradores cogitam voltar para esta Atlântida inundada, mas não esquecida.

Leia na íntegra a carta do encontro:

1º ENCONTRO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ITACURUBA: INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Nós, comunidade quilombola Negros do Gilú, comunidade quilombola Poço dos Cavalos e o povo indígena Pankará, reunidos na Aldeia Pankará Serrote dos Campos, em Itacuruba, Pernambuco, constatamos: Que nossas comunidades vêm sofrendo violações de direitos dos mais diversos tipos, ao longo de nossa história, resultado da ganância das empresas e pela inoperância do Estado brasileiro.

Foi assim com a construção da Barragem de Itaparica, quando perdemos parte dos nossos territórios, e está sendo com a lentidão da FUNAI e do INCRA, que além de tudo fica jogando povo contra povo para justificar sua lentidão. Atualmente estamos nos sentindo ameaçados com possibilidade de construção de uma usina nuclear em nosso Município que vai impossibilitar mais uma vez nosso direito territorial.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2014

Brasília, 11 de novembro de 2014.

Reafirmamos a necessidade de demarcar e defender os nossos territórios como forma de garantir as culturas e as vidas das comunidades tradicionais indígenas e quilombola, como também a realização da Reforma Agrária. Sem nossos territórios, perdemos nossa cultura, nossa história e nosso direito de ser indígena e quilombola! Para o Estado brasileiro garantir os direitos das comunidades quilombolas e dos povos indígenas, e em especial no município de Itacuruba – PE, tem que primeiro demarcar nossos territórios, conforme está garantido na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Assumimos o fortalecimento da organização das nossas comunidades e a luta conjunta pela demarcação e garantia dos territórios tradicionais das comunidades indígenas e quilombola. Assumimos o compromisso com cada parente de caminharmos de forma conjunta, organizados e unidos por um projeto de vida que garanta a vida digna, o cuidado com a Mãe Natureza, o respeito aos saberes dos mais velhos e à nossa história neste país. Queremos nos juntar ao Papa Francisco quando afirmou, no encontro Mundial dos Movimentos Populares, que “Nenhum sem teto sem casa, nenhum camponês sem-terra, nenhum trabalhador sem direitos”, completando que, NENHUMA COMUNIDADE TRADICIONAL SEM TERRITÓRIO!!!

Itacuruba, 8 de novembro de 2014



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2014

Brasília, 11 de novembro de 2014.

Índios & Quilombolas de Oriximiná: trocas em gestão territorial

SÍTIO COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 10.11.2014



Do Blog da Comissão Pró-Índio

Com o apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo e do Iepé Instituto de Pesquisa e Formação Indígena índios e quilombolas de Oriximiná (Pará) realizam mais uma iniciativa conjunta. O tema esse ano são as experiências em gestão territorial.

Os índios das TIs Trombetas/Mapuera, Nhamundá/Mapuera, Parque do Tumucumaque e Paru d'Este já estão procedendo os diagnósticos socioambientais de seus territórios para elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em parceria com o Iepé.

Os quilombolas da TQ Alto Trombetas, com o apoio da Comissão Pró-Índio, iniciaram em 2014 as conversas sobre os planos de gestão territorial e a oportunidade de adotarem essa nova ferramenta para planejar os usos atuais e futuros de seu território.



SEPPIR e PNUD selecionam consultoria em mapeamento de comunidades de matriz africana do Rio de Janeiro e do Rio Branco

SÍTIO SEPPIR, 10.11.2014

Com inscrições até 20 de novembro, a seleção integra o 'Projeto BRA/13/020 - Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades negras tradicionais'. Os currículos devem ser enviados para o e-mail seppir.secomt@seppir.gov.br

Estão abertas, até 20 de novembro, as inscrições para interessados(as) em atuar na consultoria especializada em "Mapeamentos Socioeconômicos e Culturais de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana", a serem realizados no Estado do Rio de Janeiro e no município de Rio Branco (AC). Currículos devem ser encaminhados para o e-mail seppir.secomt@seppir.gov.br, conforme Termo de Referência.

O edital é promovido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no âmbito do "Projeto BRA/13/020 - Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades negras tradicionais".

É desejável que o(a) candidato(a) possua pós-graduação stricto sensu, na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas, com diploma emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC ; experiência comprovada de participação em pelo menos uma pesquisa de campo realizada com grupos tradicionais de matriz africana; e em pelo menos um projeto de identificação, mapeamento ou pesquisa socioeconômica e/ou cultural.

Complementam a lista de requisitos desejados a produção acadêmica no campo de monitoramento e avaliação de políticas públicas, na área de cultura e/ou educação afro-brasileira, promoção da igualdade racial, e políticas públicas direcionadas a povos e comunidades tradicionais; vinculação a Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, atestada por meio de carta assinada por liderança tradicional; além de disponibilidade para viagens.

Coordenação de Comunicação da SEPPI



Índios Tremembé envolvidos em novo conflito de terras

SÍTIO DOURADOS AGORA, 10.11.2014

O conflito por território envolvendo a etnia indígena Tremembé e o empreendimento espanhol Nova Atlântida, situado em Itapipoca, se agrava. Só nos últimos três meses, de acordo com a liderança Adriana Tremembé, as barracas e plantações do sítio de retomada indígena instalado no local foram destruídas duas vezes e ameaças aos que resistem circulam na comunidade. Para denunciar essa situação, Adriana Tremembé dá entrevista coletiva nesta segunda-feira, a partir das 14 horas, na sede do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

A região contestada em disputa é uma faixa litorânea com dunas, manguezais, nascentes de água doce e uma extensa área de marinha, totalizando 3,1 mil hectares. A ideia da empresa é ocupar o espaço com um grande complexo turístico formado por vários hotéis e até campo de golfe. Para os índios, entretanto, ali está uma terra que foi de seus antepassados e que guarda sua ancestralidade, seja com sítios arqueológicos, seja com seus encantados.



Em Roraima, MPF quer garantir bolsa a indígenas matriculados na UFRR
SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 10.11.2014

Ação quer que Registro Administrativo de Nascimento Indígena seja aceito como comprovante de condição indígena

O Ministério Público Federal em Roraima (MPF) ajuizou ação civil pública para que a Universidade Federal em Roraima (UFRR) deixe de indeferir pedidos de bolsa permanência a indígenas. A solicitação pede a suspensão dos itens 1 e 2 da portaria Nº 389, do Ministério da Educação (MEC), onde exige como documentação mínima uma declaração de pertencimento étnico assinada por três lideranças indígenas e comprovante de residência em uma comunidade.

De acordo com o Ministério Público Federal em Roraima, os índios não aldeados, ou seja, que residem em áreas urbanas, não tem possibilidades de apresentar a declaração e o comprovante de residência exigido. Para o procurador da república e titular do ofício de Defesa das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, Gustavo Kenner, a instituição de ensino tem gerado um tratamento discriminatório e ilegal entre índios aldeados e não aldeados, ao negar o auxílio estudantil.

O órgão ministerial elaborou um parecer antropológico onde aponta que o índio não vive mais apenas em comunidades indígenas, mas que também residem nos centros urbanos. O Ministério Público questiona ainda a exigência de declaração assinada por três lideranças indígenas e o comprovante de residência, pois a condição de indígena pode ser comprovada pelo Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani).

Pedidos

Como forma de rever a atual situação, o Ministério Público Federal em Roraima solicita a suspensão da Portaria 389 do Ministério da Educação e quer que a Justiça obrigue a União e a Universidade Federal de Roraima a aceitarem o Registro Administrativo de Nascimento Indígena, emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Outra solicitação na ação civil pública é que a instituição de ensino, quando indeferir o auxílio, elabore certidão conclusiva com os motivos pelo qual o pedido foi negado. Pois dessa forma os indígenas terão a possibilidade de entrar com recurso da decisão.

Na conclusão da ação civil, o Ministério Público Federal em Roraima pede que a justiça federal obrigue a União a pagar uma indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 500 mil. O pedido de indenização não se estende a Universidade Federal, pois a instituição se limitou a cumprir a determinação da Portaria 389.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2014

Brasília, 11 de novembro de 2014.

UFRR

A Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR) informou que até o momento, a instituição não foi informada da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público. Ainda Conforme a Universidade, os critérios para conceder a bolsa permanência continuam os mesmos e que apenas cumprem o que determina a portaria 389 do Ministério da Educação.



Brasil busca em tribos indígenas talentos no tiro com arco

SÍTIO ESPN, 10.11.2014

A habilidade e a familiaridade de jovens indígenas com o arco e a flecha vêm sendo usada a favor do desenvolvimento e preparação de novos talentos do tiro com arco no país.

No Amazonas, estado considerado o segundo polo de formação de atletas depois do Rio de Janeiro, adolescentes de tribos indígenas têm a oportunidade de conhecer as técnicas de um esporte similar, na ideia, àquilo que praticam com outros objetivos no dia a dia de suas comunidades.

Nelson Moraes, o Inha (Coração), de 14 anos, é um dos jovens atletas que praticam o esporte por meio do projeto Arqueria Indígena, da Fundação Amazonas Sustentável de Manaus, no Centro de Alto Rendimento do Amazonas (CTARA), em parceria com a Federação Amazonense de Tiro com Arco (Fatarco).

Descoberto por uma caça-talentos que viajou durante três meses por tribos do Amazonas em busca de jovens com potencial para o esporte, ele agora vive na capital amazonense, onde treina para competições. A última, o 7º Campeonato Brasileiro Infantil, Cadete e Juvenil Outdoor, realizado em outubro em Maricá, a 50 quilômetros do Rio de Janeiro, rendeu ao jovem a medalha de ouro no Arco Recurvo Infantil.

Habitado ao arco nativo, o garoto diz que a adaptação ao modelo usado em Jogos Olímpicos foi fácil. "Muda só o peso e a mira que tem no arco", compara. Na tribo Kambeba, onde vivia, ele conta que brincava e pescava com o instrumento nativo antes de participar da seletiva em que conquistou uma das oito vagas para treinar em Manaus.

Técnico dos jovens, Roberval dos Santos diz que, apesar de semelhantes à primeira vista, os dois arcos são diferentes, e que a vantagem dos jovens em relação aos demais é que são bastante fortes, por causa da origem indígena.

O adolescente e outros três colegas - Graziela Santos, a Yacy (Lua), de 19 anos; Drean Silva, o Iagoara (Cachorro do Mato), 17; e Gustavo Santos, o Ywytu (Vento), 18, que já estavam no Rio para participar de outra competição - foram convidados pelo técnico da seleção brasileira de tiro com arco, o italiano Renzo Ruele, para treinar na sede da confederação nacional da modalidade (CBTARCO), em Maricá.

Durante uma semana, os quatro puderam treinar com os atletas da seleção. "Eles tiveram um pouco de experiência de um treino semiprofissional", explica Ruele à Agência Efe. "Assim se pode testar o quanto o atleta pode avançar e, se tiver chance, ir mais adiante. Esse era o objetivo de fazer um treino aqui (no centro de treinamento) com os atletas. Assim se vai experimentando e eu posso ver quem pode ir para frente", acrescenta.

CONT.



Segundo o técnico da seleção, a experiência começou com uma avaliação, repetida no fim da semana de treinos. "Eles melhoraram de 20% a 30%, o que é muito bom dentro de um treino um pouco pesado, mas foi bom. A resposta deles foi muito boa", avalia Ruele.

Para Roberval, eles têm a oportunidade de ver uma forma diferente de trabalhar. Além disso, diz que houve uma evolução da pontuação dos atletas durante a semana em que estiveram na confederação. "Com certeza o trabalho já está rendendo bastante", considera.

Não é comum para a confederação fazer um intercâmbio com jovens promessas, como explica a coordenadora técnica Dilma Miranda, mas a expectativa é de que os resultados vão melhorar gradualmente.

Em Manaus, a rotina de treinos só para no domingo. "Nós treinamos na vila olímpica, todo dia, de segunda a sábado. Treinamos sábado pela manhã. De segunda a sexta, de manhã e de tarde. Começamos às 8h, paramos meio-dia. Descansamos. Das 15h às 18h, a gente começa de novo. É assim a nossa rotina", conta Graziela, que, da mesma forma que os outros colegas de projeto, precisou se mudar da tribo Karapãno para se dedicar ao tiro com arco.

"Esses oito atletas são de três aldeias diferentes, distantes mais ou menos 60 a 80 quilômetros de Manaus, não tenho certeza, mas são em torno de três a quatro horas de barco. Então, eles estão morando na vila olímpica de Manaus conforme uma parceria que foi feita entre a Fundação Amazônia Sustentável, que idealizou o projeto, juntamente com a Federação Amazonense de Tiro com Arco; o CTARA, que é o Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Amazônia; e a Secretaria de Esportes do Estado do Amazonas, que também nos apoia", explica Roberval.

Terminado o intercâmbio, os jovens agora voltam para a rotina de treinos na capital do Amazonas pensando nas futuras competições e no sonho olímpico de defender a seleção brasileira do esporte nas olimpíadas de Tóquio, em 2020, quando já terão atingido a maturidade suficiente para a competição.

Choque etnocultural é ameaça à língua Indígena

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 10.11.2014



Crianças das 25 aldeias da Terra Indígena Rio Branco, na região de Alta Floresta d'Oeste, Sul de Rondônia, estão sendo incentivadas a falar a língua materna ameaçada de extinção há anos após o choque etnocultural com o não índio. O processo de desaculturação nas etnias da região foi um dos mais debatidos no I Encontro de Valorização da Mulher Indígena, de 4 a 6 de novembro de 2014, na aldeia Colorado, com a presença de representantes de cinco etnias.

Na área indígena com 236.137,00 hectares e habitada por descendentes das etnias tupari, makurap, aruá, kanoé, kampé, arikapú, sakirabiack, djeoromiti (Jaboti), waiuru e dyaroy, o idioma que vinha predominando entre os mais jovens era o português.

Para resgatar a língua oral, principal traço da cultura indígena, as mães índias decidiram intensificar dentro de casa o movimento pela fala da língua materna entre as crianças e os jovens.

A meta é falar o português apenas com os não índios e incentivar a conversação intergrupar no idioma tradicional. Na aldeia Colorado, onde luz elétrica e água tratada e gelada são "artigos de luxo", e o único meio de acesso é pelo rio, mães revelaram que a cartilha "Tupari `ema" é usada nas escolas indígenas da região para alfabetização com a tradução em português se tornou uma aliada.

Um dos responsáveis pela edição da cartilha é o professor Isaias Tupari, que se prepara para defender como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, no campus da Unir em Ji-Paraná, a monografia comparando os métodos da educação tradicional com as técnicas didáticas atuais dos não índios. Ele integra um grupo de especialistas da UNIR que para salvar a língua tupari da ameaça de extinção editou a cartilha bilíngue.

O dicionário com tradução dos verbetes no idioma tupari, segundo o professor Isaias está na gaveta, pois faltou uma contrapartida de R\$ 400 mil que o governo estadual à época não repassou.

A maior preocupação das mulheres era ver as crianças índias se criarem falando apenas o idioma português. Pela cultura indígena, a prática os torna inferiores diante de outras etnias. Agrava as diferenças em ambientes como nas escolas, onde a maioria dos alunos é de não índios, e envergonha quem sai da aldeia para estudar na cidade.

CONT.



Poucos jovens, de acordo com as representantes das aldeias Tupari, Makurap, Kampé, Jaboti e Aruá conhecem e cantam as músicas tradicionais. O cacique Isauro Tupari, da aldeia Tucumã, alertou também para o risco da extinção da música indígena na região, haja vista somente alguns cânticos evangélicos serem traduzidos na língua materna.



O cacique Durval Kampé defende maior rigor das próprias mães no ensino da língua tradicional. "As mães têm o dever de ajudar os filhos a falar mais a nossa língua". Segundo Maria Kampé, a ameaça é tão grave que há inclusive jovens, como seus dois filhos adolescentes que saíram da aldeia para estudar em escolas de ensino médio em Alta Floresta do Oeste, e que agora têm "vergonha" de assinar o sobrenome indígena do pai, descendente da etnia tupari.

Solução

Depois de ouvirem as primeiras explicações com o tema a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (Pnegati), as participantes pediram aos organizadores que marcassem uma oficina específica para tirar todas as dúvidas sobre o assunto. A oficina será realizada antes do III Encontro das Mulheres Indígenas marcado para o mês de agosto de 2015, com abertura sexta-feira e encerramento domingo.

Heliton Gavião e Tenesson Gonçalves de Oliveira explicaram ao falar sobre "Participação das mulheres indígenas na política de gestão ambiental, territorial e etnodesenvolvimento", ser prioridade o etnozoneamento das Terras Indígenas para a gestão correta da execução de uma política de aproveitamento dos recursos naturais, potencialidades econômicas e reforço dos valores culturais, como a língua, a religião e o conhecimento tradicional de cada povo.

Heliton Gavião afirmou ainda que, mais importante ainda é fato da mulher também ser chamada a participar desse programa, e as comunidades indígenas serão mais ouvidas, antes do início de qualquer obra que traga impacto ao meio ambiente. Referia-se principalmente aos impactos ambientais pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) construídas no Rio Branco e à derrubada de matas ciliares para transformação em pasto e áreas de cultivo de café e outros produtos.

CONT.



Os índios garantem que o agrotóxico utilizado nas áreas de cultivo também escorre para dentro do rio no período das chuvas e “envenena” a água das primeiras enchentes.

A construção de PCHs na região também é responsável pela extinção de espécies de quelônios como a tartaruga e o tracajá, além de várias espécies de peixes como a jatuarana, tambaqui, pacu, branquinha e outros que se reproduziu em abundância no Rio Branco. Galdino Makurap, membro do Conselho Regional da Funai, observou que as barragens impedem a subida do peixe para reprodução e isso termina provocando a extinção das espécies. Atualmente, a espécie mais encontrada na área da Terra Indígena é o bagre “pintado”.

Diretrizes



Cinco diretrizes dão sustentação à Pngati, como a do reconhecimento e respeito às crenças, usos, costumes, línguas, tradições e especificidades de cada povo indígena; reconhecimento e valorização das organizações sociais e políticas dos povos indígenas e garantia das suas expressões, dentro e fora das terras indígenas; protagonismo e autonomia sociocultural dos povos indígenas, inclusive pelo fortalecimento de suas organizações, assegurando a participação indígena na governança da política nacional,

respeitadas as instâncias de representação indígenas e as perspectivas de gênero e geracional.

São prioridades ainda o reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres indígenas e do uso de seus conhecimentos e práticas para a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais imprescindíveis para o bem-estar e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas; além de trazer contribuição para a manutenção dos ecossistemas nos biomas das terras indígenas por meio da proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais imprescindíveis à reprodução física e cultural das presentes e futuras gerações dos povos indígenas.

Coordenadoria Indígena



Representante dos Estados de Rondônia e Mato Grosso na Comissão Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI), e um dos principais idealizadores da Pnegati, Heliton Gavião aponta a criação da Coordenadoria dos Povos Indígenas de Rondônia – COPIR -, ligada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) como um dos avanços do governo Confúcio Moura para fortalecer a parceria da União com o Estado e os municípios na execução dessa política indígena.

CONT.



A Copir atende à demanda dos povos indígenas na participação, discussão, elaboração e execução de políticas públicas voltadas para os Indígenas promovendo a defesa de seu espaço físico territorial, valores culturais, tradições, usos e costumes.

Um dos primeiros avanços foi atrair a iniciativa privada para programas como o de sequestro de carbono e outros. A conclusão dos planos, uma espécie de inventário de todas as potencialidades da fauna e da flora, minerais e traços culturais de cada povo, resultam em projetos como os de sequestro de carbono que já funciona em cooperação com os Suruí, em Cacoal.

Os Gaviões e os Uru-Eu-Wau-Wau também já concluíram seus levantamentos, e os Zoró e Cintas Largas estão fechando os seus projetos.

Energia rural



Cacique Durval Kampé cobrou a expansão do programa "Luz para Todos" e "Moradias Populares" para as aldeias da TI Rio Branco. "A gente não viu acontecer. Tem pessoa aqui na terra indígena que é carente e tem necessidade de morar em casa melhor".

A construção de uma estrada interligando a aldeia Tucumã, na margem do Rio Branco, à localidade do Formigueiro é reivindicada pelas mulheres, para que possam ter acesso a outras cidades e vender artesanato para aumento da geração de renda

As índias solicitaram ainda a construção de um barracão para oficinas e abertura de Centro de Memória em cidades polos onde os produtos artesanais possam ser vendidos. Esse trabalho foi iniciado com os Makurap, segundo Luzenny Amaral, e em conjunto com a Unir a entidade atuará em outras aldeias como as da etnia Tupari.

Participaram ainda dos debates coordenadores técnicos da Funai, Sedam e Secretaria de Assuntos Estratégicos (Seae), representantes da Fundação Universidade de Rondônia (UNIR), Federação Rondoniense da Mulher (Feron), Conselho Estadual de Política Cultural – Setor Culturas Indígenas. artesanais possam ser vendidos. Esse trabalho foi iniciado com os Makurap, segundo Luzenny Amaral, e em conjunto com a Unir a entidade atuará em outras aldeias como as da etnia Tupari.

Outro objetivo do encontro foi também fortalecer o Movimento de Mulheres Indígenas de Alta Floresta d'Oeste, discutir Direitos da Mulher, Violência contra a Mulher, Organização Social, Meio Ambiente, Cultura e maior estímulo à interação entre as etnias para aumentar a participação da mulher indígena principalmente nas conferências municipais e estaduais em preparação para a nacional de 2015 que define as políticas públicas de apoio aos povos indígenas.

Fotos: Ésio Mendes

Minha Casa, Minha Vida atende comunidade quilombola de Ituberá
SÍTIO SEPROMI, 10.11.2014



A comunidade quilombola Lagoa Santa, do município de Ituberá, foi contemplada, no último domingo (9), com 44 unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida. A cerimônia de entrega contou com a participação do secretário de Promoção da Igualdade Racial, Raimundo Nascimento, e de representantes da Caixa Econômica Federal, da prefeitura local, do governo federal e da Cooperativa de Trabalhadores Autônomos Litoral Sul da Bahia (Cootrasb).

Cada casa possui dois quartos, cozinha, área de serviço, banheiro e varanda, com 51 metros quadrados, no valor de R\$ 28.500. Os recursos foram provenientes do Ministério das Cidades e a articulação para construção do empreendimento partiu da Cootrasb. Para Raimundo Nascimento, esta é uma vitória da luta dos quilombolas por garantia de direitos. "Após a conquista das suas casas, resta a titulação das terras que está em fase de conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)", afirmou.



Reportagem preconceituosa e anti-indígena concorre a Prêmio Esso

SÍTIO CARTA FINAL, 10.11.2014

Entidades que defendem a luta pela homologação de territórios tradicionais convocam população a se manifestar contra a premiação do texto

A defesa do direito à comunicação é a luta para que todos e todas possam se expressar e ter sua cultura, identidade e luta evidenciadas na mídia. Nesta semana, uma reportagem claramente anti-indígena concorre ao Prêmio Esso, considerado o principal prêmio de jornalismo. Por isso, o Intervozes convidou a jornalista Luana Luizy, do Conselho Indigenista Missionário, para escrever ao blog e expressar a opinião da entidade indigenista sobre a matéria.

Por Luana Luizy*

Após publicar série de reportagens discriminatórias contra os Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC), a reportagem "Terra Contestada", do jornal Diário Catarinense, pertencente ao grupo Rede Brasil de Comunicação (RBS), filial da Rede Globo no estado, foi indicada a concorrer ao 59.º Prêmio Esso de Jornalismo, considerado o principal da área no Brasil. O anúncio dos vencedores será nesta quarta-feira (12).

Em um especial dividido em cinco partes, os jornalistas afirmam que os indígenas Guarani são responsáveis pelo atraso nas obras de duplicação da BR-101 – rodovia que corta o território – e alegam que a não duplicação da BR gera atrasos e impactos na economia.

A abordagem é criticada pelos indígenas, que oficiaram o Ministério Público Federal para que fosse garantido direito de resposta. Até o momento, contudo, o MPF não se manifestou. "Não somos contra a duplicação, mas queremos entender como isso vai acontecer, pois a terra indígena é nossa casa", apontou durante visita a Brasília, a cacique de Morro dos Cavalos, Eunice Guarani.

Com argumentos criticados por entidades indigenistas, os jornalistas constroem um discurso preconceituoso e discriminatório ao apontarem que a luta pela demarcação do território Guarani é conduzida por "agentes externos", desconsiderando, assim, o protagonismo das populações tradicionais na luta pelo reconhecimento de sua terra.

Estes, inclusive, nem sequer foram ouvidos, embora na comunidade vivam caciques, anciões e professores. A reportagem usa como fonte o antropólogo Edward Luz, banido da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), principal instituição científica do País na área. Também relata

CONT.



a versão do Guarani Milton Moreira, que não mora no território. Os argumentos apresentados por ele também são desmentidos pelos moradores da região.

O desserviço ao jornalismo e à população também é visível quando se desconsideram os verdadeiros interesses econômicos de especuladores interessados na Terra Indígena Morro dos Cavalos, território que ainda hoje aguarda pela homologação pela presidência da República.

Não é de hoje que a campanha anti-indígena vem sendo colocada em prática pelo jornal contra o povo Guarani. O jornal criminaliza a luta indígena quando culpa os indígenas por mortes ocorridas na BR-101. Além disso, publica inverdades também ao afirmar que os Guarani não habitam tradicionalmente o Morro dos Cavalos e que o Tribunal de Contas da União (TCU) teria manifestado que a área não é tradicional. Não obstante, a ocupação da TI Morro dos Cavalos está amplamente demonstrada no procedimento administrativo de demarcação por meio de documentos históricos, mapas, livros e pela ampla memória oral.

A exclusão da visão dos indígenas e organizações indigenistas de reportagens que trazem apenas as visões dos grupos que se opõem aos direitos dos povos originários configura-se como um desrespeito ao direito à comunicação e informação. Estes deveriam ser pilares da democracia, mas tornam-se instrumentos de violações a partir do momento em que as empresas jornalísticas adotam uma postura parcial, desinformam e confundem o leitor que não tem familiaridade com o assunto e que acaba formando a sua opinião por meio das informações que chegam até ele, especialmente pelos meios de comunicação.

Assumir a comunicação como direito humano significa reconhecer o direito de todas as pessoas de ter voz e de se expressar, princípio ético que a reportagem viola ao não escutar os indígenas da TI Morro dos Cavalos. E para evitar que uma violação seja consagrada como exemplo de bom jornalismo, entidades que pedem a homologação da terra gritam "Esso não! Sou contra premiarem reportagens anti-indígenas!" e convidam todos e todas a se manifestarem, enviando e-mail para rp.consultoria@rpconsult.com.br.

*Luana Luizy é jornalista do Conselho Indigenista Missionário



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2014

Brasília, 11 de novembro de 2014.

Igualdade Racial de Conquista apoia Iº Seminário de Indígenas e Quilombolas da UESB

SÍTIO BLOG DO FÁBIO SENA, 10.11.2014



Desde julho, foram mais de 12 reuniões preparatórias para o Seminário da UESB, mobilizando mais de quinze jovens quilombolas e indígenas

Flávio Passos

Abrindo a programação do Mês da Consciência Negra de Vitória da Conquista, dia 3, na UESB, aconteceu o I Seminário com o título "A Presença Indígena e Quilombola no Ensino Superior da Bahia". Promovido por uma comissão de estudantes indígenas e quilombolas, o evento contou também com a assessoria da Coordenação de Igualdade Racial da Prefeitura de Conquista e apoio da PROEX Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade do Sudoeste da Bahia e da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI).

Após 10 anos de implantação do sistema de cotas em universidades públicas da Bahia, a presença de centenas de indígenas e quilombolas já se faz significativa, seja em termos numéricos, seja em termos de demandas que garantam a permanência e o êxito dos universitários cotistas. Mesmo assim, nem 30% das mais de 400 vagas adicionais destinadas anualmente para os dois segmentos em sete das instituições da Bahia (UESB, UESC, UFES, UFBA, UNEB e UFRB) são preenchidas.

Desde julho, foram mais de 12 reuniões preparatórias para o Seminário da UESB, mobilizando mais de quinze jovens quilombolas e indígenas, além da colaboração de universitários do Coletivo Amplo de Estudantes Negros, Negras, Indígenas e Quilombolas da UESB. O evento da UESB foi o primeiro de quatro seminários preparatórios para o I Encontro de Estudantes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2014

Brasília, 11 de novembro de 2014.

Indígenas e Quilombolas do Ensino Superior da Bahia, previsto para maio de 2014, em Feira de Santana. Os próximos seminários serão em Salvador, dia 14, no Campus I da UNEB, e em Feira de Santana, dia 21, na UEFS. O da UESC ainda está em construção.

Dentre os principais objetivos dos seminários e do I Encontro: a mobilização dos segmentos dentro das universidades públicas, o debate sobre as demandas envolvendo políticas de cotas e acesso, de permanência e êxito, além de temáticas relacionadas à identidade e ancestralidade, bem como, à organização quilombola e indígena no espaço acadêmico. O seminário contou com a presença de professores da UESB e da UFBA, com lideranças e estudantes de mais de 26 comunidades do território e de Jequié, de onde veio um micro-ônibus com mais de 20 quilombolas do quilombo urbano de Barro Preto. Oito estudantes cotistas da UEFS também marcaram presença no seminário.



Na ocasião, a mesa de abertura também selou a adesão da UESB à Rede Estadual de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, tendo a presença de representantes da Reitoria, das Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão, bem como, do Presidente do Conselho de Igualdade Racial do Município, Uelber Barbosa, do Coordenador do Pré-Vestibular Quilombola, Flávio Passos, da Presidente do Conselho Quilombola do Território, Robélia Alves e da professora Josilene Costa, do Campus de Jequié, representante da UESB na Rede de Combate ao Racismo.

A Conferência de abertura, com o tema: "O combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa" foi proferida pelos professores Benedito Eugênio, Coordenador do ODEERE (Órgão de Educação para as Relações Étnico-Raciais, com sede na UESB de Jequié) e Vilma Reis, militante negra e Vice-Coordenadora do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), na ocasião representando também a SEPROMI e a Rede. A mesa redonda com o título do seminário contou ainda com a presença da professora Raquel Souza, docente da UFBA de Conquista, e de Ângelo de Oliveira, indígena Kaimbé e discente de Filosofia na UEFS, e Jamile Santos, quilombola da comunidade quilombola de Barrocas, concluinte do curso de Geografia na UESB de Conquista.

À tarde, os participantes estiveram nos Grupos de Trabalho debatendo dezenas de desafios que indígenas e quilombolas enfrentam no ensino superior. Dentre eles: o aprimoramento dos

CONT.



cursinhos pré-vestibulares voltados para indígenas e quilombolas; a revisão dos critérios de acesso através das cotas adicionais, para que efetivamente promovam inclusão (a UFBA, a partir de 2014, passou a adotar um edital específico para o ingresso de quilombolas e indígenas); a criação de bolsas de permanência que garantam condições para um bom desempenho acadêmico dos cotistas (o MEC possui um programa de bolsas no valor de R\$900,00 reais para indígenas e quilombolas estudantes de instituições públicas e que até agora tem sido acessado apenas por instituições federais, como a UFBA); a superação do racismo institucional; a implementação da Lei 10.639/03 no currículo universitário das universidades estaduais da Bahia; e o fortalecimento das organizações quilombolas, dentro e fora da universidade.

Três acontecimentos de 2014 são emblemáticos da necessidade de um amadurecimento das políticas de cotas no ensino superior na Bahia e no Brasil. No início do ano, uma ação conjunta entre o Conselho Quilombola, a UESB e o Pré-Vestibular Quilombola, conseguiu recuperar uma vaga do curso de Direito que estava ocupada por um não quilombola que havia fraudado a documentação para ingressar como quilombola. Tem aumentado os relatos de casos racismo contra cotistas pobres e negros, muitas vezes promovidos por falas de professores, mas também por ações violentas de alunos. O curso de Odontologia, no campus de Jequié, com três jovens alunos quilombolas, oriundos do território de Conquista, continua cobrando, a partir do terceiro semestre, que todos os alunos apresentem itens como aparelhos odontológicos, cujos valores variam de 3 a 5 mil reais por semestre; uma contradição, considerando que a bolsa permanência da instituição é de R\$260,00 reais mensais, quando o aluno consegue passar pela seleção, cujos critérios continuam os mesmos de antes das cotas.

Na plenária final do seminário, conduzida pela comissão estadual de organização do I Encontro Estadual, apresentou dezesseis propostas que serão sistematizadas e apresentadas em audiência junto à Reitoria da UESB. A PROEX e a PROGRAD já pré-dispuseram para o diálogo. Há um consenso no sentido de se construir uma política de ação afirmativa que, além de, através das cotas, reconhecer a histórica ausência de indígenas e quilombolas no ensino superior, também promova políticas de permanência que garantam uma vida acadêmica que faça a diferença na vida dos estudantes e de suas comunidades. "Este será o primeiro de muitos seminários que faremos, pois chegou a hora da presença ser reconhecida" concluiu a jovem Roselene Germano Santos, estudante de Ciências Biológicas na UEFS, coordenadora da Comissão do I Encontro e quilombola da Lagoa de Melquíades, uma das 32 comunidades de Vitória da Conquista reconhecidas pela Fundação Palmares.

Para concluir o dia que ficou com sabor de "quero mais", o Samba de Roda "Negras do Beco", da comunidade tradicional negra do "Povo de Dôla", do Bairro das Pedrinhas, promoveu uma linda roda com os participantes.

Flávio Passos, 43 anos, assessor técnico da Coordenação de Igualdade da Prefeitura de Vitória da Conquista, coordenador do Pré-Vestibular Quilombola e do Núcleo Medicina Conquista.



Ronda da Cidadania : Comunidade quilombola recebe serviços

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 10.11.2014

Na sua 47ª edição, o projeto Ronda da Cidadania oportunizou, nesta quinta-feira (6/11), aos moradores do Quilombo do Algodão, na Colônia Triunfo, 4.º distrito do município de Pelotas, a realização de documentos, informações e atendimento nas áreas de saúde, social e jurídica.



O evento foi realizado das 10h às 17h, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Wilson Muller.

Foram realizados 631 atendimentos, tanto na área da saúde, com verificação de pressão arterial, como nas áreas social, com cadastro para o programa bolsa família, oficina de tear, recreação voltada ao público infantil, cortes de cabelo, jurídica, com orientações e emissão de documentos, como carteira de identidade, CPFs, solicitação de certidões de nascimento, entre outros.

As Rondas da Cidadania são uma realização do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e constituem feiras de serviços de utilidade pública, que buscam garantir a inclusão social e o amparo integral da justiça à parcela da população carente, gratuitamente.

A solenidade de abertura contou com a presença dos Grupos de Escoteiros São Francisco de Assis, responsável pela guarda das bandeiras.

Presenças - Além das Instituições parceiras do projeto, prestigiaram a solenidade de abertura o coordenador do projeto Ronda da Cidadania na Comarca de Pelotas, Juiz Marcelo Malizia Cabral, a representante da Emater, Arlethe da Fonseca, a representante da Secretaria Municipal de Saúde, Eliedes Ribeiro, a representante da direção da Escola Wilson Muller, Raquel Morela Hertel, o Primeiro Tenente Frederico Saveressig, representando o 8.º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército Nacional, o Defensor Público da União, Júnior Leite Amaral, representando todas as Instituições parceiras do Projeto Ronda da Cidadania, a Secretária Executiva do Projeto Ronda da Cidadania, Ieda Terezinha Morsch, a servidora Marília Reis Gonçalves, representando os servidores do Foro de Pelotas, além de autoridades, representantes de instituições parceiras e comunidade.

Segundo o Coordenador da Ronda da Cidadania, Juiz Marcelo Malizia Cabral, esta edição do projeto contou com grande participação da comunidade, demonstrando a importância e a necessidade dos atendimentos disponibilizados. "Além disso, chegamos até a localidade mais distante da sede do município, no Quilombo do Algodão, levando cidadania a pessoas que sofrem discriminação histórica", comemorou o Magistrado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2014

Brasília, 11 de novembro de 2014.

Conforme a Coordenadora da Escola, Raquel Morela Haertel, o evento é de grande relevância para a comunidade, que se mobilizou para receber os serviços ofertados.

Confira os 631 atendimentos realizados:

100 carteiras de identidade (Instituto Geral de Perícias do RS);
12 CPFs e orientações diversas (Secretaria de Justiça Social de Pelotas);
5 certidões de nascimento, casamento e divórcio (Registro Civil);
3 atendimentos do Registro de Imóveis (Registros de Imóveis da 1ª Zona);
5 atendimentos da Defensoria Pública da União;
35 atendimentos e/ou distribuições de material informativo do Foro de Pelotas;
12 distribuições de material informativo e/ou atendimentos (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pelotas – CEJUSC)
48 verificações de pressão arterial e orientações de saúde (Escola Dimensão);
30 cortes de cabelo (Escola de Cabeleireiros Nair Rosseli);
26 orientações sobre educação sexual e distribuição de preservativos (ONG Vale a Vida);
25 atendimentos e informações ao público ofertadas por escoteiros (Grupos São Francisco de Assis);
175 atendimentos do Exército Brasileiro (palestras e orientações nas áreas de saúde, saúde bucal, escovação orientada, planejamento familiar, adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, família e exposição de materiais);
45 atendimentos da Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança;
10 atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde;
7 atendimentos do Conselho Tutelar;
23 atendimentos do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense em oficinas e tear e distribuição de material informativo;
44 atendimentos em teste de acuidade visual (Lions Clube Pelotas Centro);
6 atendimentos da Defensoria Pública da União em orientações jurídicas.
20 atendimentos da Emater.

Histórico – O Projeto Ronda da Cidadania encontra-se em seu 13.º ano de atividades na Comarca de Pelotas. Neste período, foram realizadas 47 edições do evento, prestando-se atendimento a 61.902 pessoas e realizaram-se 734 casamentos.

Confira a programação de 2014:

22.11.2014 - Casamento Coletivo no Município de Capão do Leão. Local: CTG Tropeiros do Sul. Horário: 16h.

6.12.2014 - Casamento Coletivo no Município de Pelotas. Local: Prefeitura Municipal de Pelotas, localizada na Praça Coronel Pedro Osório, 101. Horário: 16h.

Blog e informações – Outras informações podem ser obtidas no blog do Projeto (rondadacidadania.blogspot.com) ou ainda no Foro da Comarca de Pelotas, Avenida Ferreira Viana, n.º 1134, sala 706, 7.º andar, fone: (53) 32794900, ramal 1735, e-mail: pelrondacidadania@tj.rs.gov.br.

Funai lança edital para apoiar planos de gestão para terras indígenas

SÍTIO ITAPORÃ NEWS, 10.11.2014



As propostas podem ser enviadas até 17 de novembro de 2014 e endereçadas à sede da Funai em Brasília.

Foto: PNUD

Estão abertas as inscrições para a chamada pública Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. A ação visa apoiar entidades na elaboração de Planos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PGTAs) em terras indígenas localizadas total ou parcialmente nos biomas Caatinga e Cerrado, conforme limites definidos pelo IBGE/MMA.

De acordo com o edital, poderão concorrer organizações da sociedade civil de interesse público, organizações indígenas e indigenistas, ambientalistas, socioambientalistas e fundações de direito privado que tenham experiência de trabalhos com povos indígenas.

O edital é uma iniciativa do projeto Apoio à Implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas visando a construção participativa, entre povos indígenas e gestores públicos, de metodologias e instrumentos técnicos de implementação da PNGATI. Além disso também busca apoiar ações concretas de gestão ambiental e territorial das terras indígenas. Ele é financiado pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e envolve uma parceria da Funai com o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). A avaliação dos projetos enviados ficará a cargo de uma comissão formada por técnicos da Funai, do MMA, do PNUD e da equipe de gestão do projeto.

Para Carlos Castro, coordenador da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do PNUD, "os planos de gestão ambiental e territorial são importantes ferramentas para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, bem como para a mitigação da emissão de gases de efeito estufa".

Dourados Agora



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2014

Brasília, 11 de novembro de 2014.

COMUNIDADE QUILOMBOLA FESTEJA O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

SÍTIO CADERNO 1, 10.11.2014



No próximo sábado (15) a comunidade quilombola Catolé dos Índios Pretos em Serra Talhada vai comemorar o Dia da Consciência Negra. A festa organizada pelo MONIR (movimento negro pela igualdade racial) vai acontecer na antiga Fazenda Catolé (próximo à casa de Beto de Eloí).

As comemorações começam a partir das 10h com almoço, meio dia tem roda de diálogo, às 14h Capoeira Muzenza, 15h banho de bica, 18h Show de Edmilson Abaiador (400 litros de feijoada), 19h fala da executiva do MONIR, 20h Show com Alto Swing, 22h Show com Naldo dos Teclados e a 00h30min Banda Raios de Amor. Tudo oferecido gratuitamente.



Comunidade quilombola do Acará recebe oficina sobre cultura digital

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 10.11.2014

Entre os próximos dias 17 e 21, o município de Acará, no nordeste do Estado, recebe a oficina “Cultura Digital”, promovida pela Incubadora Pará Criativo. A ação é gratuita e tem o apoio da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) e do projeto Nós – Quilombolas da Amazônia.

Ministrada por Marco Aurélio Dias Santos, professor de informática educativa e redes de aprendizagem, a oficina abordará temas gerais da cultura digital, como a criação de blogs, planejamento e roteiro audiovisual, produção de conteúdo digital (texto, fotografia e vídeo), publicação, manutenção e gerenciamento de postagens em blogs.

A ação tem como objetivo a promoção das novas tecnologias na produção de conteúdos digitais que valorizem a criatividade, o conhecimento e a liberdade cultural. Além disso, a ação tem como foco a criação de espaços virtuais de discussão da realidade local para o desenvolvimento da identidade cultural regional.

A oficina é voltada para jovens e adultos das comunidades quilombolas de Guajará Miri e Itancoã. As inscrições estão abertas e serão feitas até a próxima sexta-feira (14). Para se inscrever, o interessado deve se dirigir à comunidade Guajará Miri, no km 24 da Alça Viária, na entrada da comunidade em frente à Casa do Queijo, seguindo na estrada direto até o Areial.

Marco Aurélio Dias Santos é licenciado em Educação Artística - Artes Plásticas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem experiência em Informática Educativa, Elaboração de Projetos, Redes e Aprendizagens. Ministra também aulas sobre o uso do tablet na educação, uso da fotografia e redes sociais em sala de aula, produção de vídeo e rádio escola.

Serviço: Oficina “Cultura Digital”, com Marco Aurélio Dias Santos, no Acará, de 17 a 21 de novembro, das 14h às 17h. Mais informações: (91) 4006-2930.

Juliane Frazão
Pará Criativ



PA: Famílias da Terra Indígena Maró fazem acampamento contra derrubada de árvores

SÍTIO FOLHA DO PROGRESSO, 10.11.2014

Cerca de 30 famílias das etnias Borari e Arapium da Terra Indígena (TI) Maró, município de Santarém/PA, estão acampadas há cerca de cinco dias em área que está sendo desmatada por madeireiros. A ocupação retoma uma parte da TI que havia sido apropriada pela fazenda Curitiba. A ação é organizada em resposta ao corte de 15 árvores na TI, todas de alto valor comercial, como maçaranduba, jatobá, ipê, amarelão, itauba, uxi e pequiá. Os indígenas trancaram a estrada que corta o território tradicional e serve de via de transporte ilegal de toras.

O corte foi feito em área pleiteada por Celso José Hoffman, que conseguiu Autorizações para Exploração Florestal (AUTEF 2974/2014) via Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA. Pelo menos 50% do Projeto de Manejo do madeireiro está dentro da TI, o que é juridicamente ilegal, por ser violação ao direitos garantidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. O processo de demarcação da Terra Indígena ainda está em andamento e o mapa do território foi publicado em 2011 no Diário Oficial, sendo, portanto, disponível a todos os órgãos ambientais.

Pedro Martins, assessor jurídico da Terra de Direitos que acompanha do caso, aponta que a SEMA autorizou mais de 10 explorações florestais desde 2007 na área indígena. “Os órgãos ambientais insistem na desconsideração dos direitos indígenas sob o pretexto de a área não estar demarcada, o que não se sustenta no ordenamento jurídico que abarcou a Convenção 169 da OIT.”

No dia 31 de outubro, os madeireiros que atuam na região não compareceram a uma reunião marcada com lideranças indígenas. A conversa foi reagendada para o dia 1º de novembro, mas os empresários novamente faltaram. A partir de mensagem enviada pelos empresários, o encontro foi remarcado para esta quarta-feira (5). O caso já foi denunciado pela Terra de Direitos à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, ao Ministério Público Estadual – MPE e ao Ministério Público Federal – MPF. Até o momento, não houve resposta. A Terra de Direitos também vai entrar com representação no MPE e MPF contra as madeiras.

“O nosso objetivo não é negociação de madeira”, afirma o cacique Dadá Borari. A reivindicação da comunidade é por indenização pelos danos causados na área e por danos morais. Os indígenas requerem o cancelamento do Plano de Manejo e paralisação imediata da exploração de madeira dentro da Terra Indígena.

As lideranças cobram um posicionamento do poder público em favor da preservação da floresta e das comunidades. “Já denunciamos isso há muito tempo, e até hoje nós não tivemos uma

CONT.



resposta. Até hoje continua do mesmo jeito, tirando sete, depois tiram 15 [árvores], e vão roubando toda a riqueza dos meus netos e dos meus filhos”, lamenta. Higino Borari, primeiro Cacique da Aldeia Novo Lugar. “Aqui é meu pão de cada dia”, completa o indígena.

Para a população Borari e Arapium, a derrubada das árvores é uma agressão ao modo de vida, por se tratar de espécies que contribuem para a medicina tradicional e para a sobrevivência dos animais, base da alimentação das famílias. Edith Borari utiliza plantas medicinais nativas. “Eu que trabalho com medicina tradicional preciso dos nossos remédios, que temos aí na natureza”.

Edith faz um apelo aos órgãos competentes para que resolvam o conflito. “Antes estavam ao redor da nossa área, agora estão dentro, estão desmatando [...]. Nós queremos apoio para a demarcação da nossa área. Já chega da gente estar sofrendo”.

A convivência do próprio Estado na exploração indevida de madeira na região ocorre também em outros casos, com autorizações de Planos de Manejo que afetam diretamente os costumes e a sobrevivência das etnias indígenas. Atuam na região as empresas Rondobel Ltda, Grupo Mundo Verde, ARCA Indústria e Madeira Ltda (com sede em Tomé Açu/PA), além do madeireiro Marco Schmidt.

Na rota da devastação

O território da Terra Indígena Maró está cravado em uma região de alto potencial de recursos naturais e pela diversidade de povos tradicionais. Mede 42.373 hectares, derivados de terras devolutas de competência do estado do Pará. A área reúne cerca de 250 habitantes em três aldeias: Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III.

Ameaças

Enquanto o reconhecimento como Território Indígena não se concretiza, as tensões sociais só aumentam com invasores, fazendeiros e madeireiros. Lideranças comunitárias vivem sob ameaça de morte e sofrem violações de direitos humanos fundamentais por defenderem a preservação da floresta.

Em novembro de 2009, uma mobilização comunitária reteve e queimou duas balsas carregadas de madeira com indícios de irregularidade. Em decorrência da ação, o cacique Dadá Borari passou a sofrer ameaças de morte e atualmente vive sob proteção policial e com acompanhamento do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos da Presidência da República.

Fonte: ORMNews.



Alunos da UFPI realizam Campanha MIMBÓ

SÍTIO CAPITAL TERESINA, 10.11.2014

A campanha visa arrecadar roupas e livros que serão doados à comunidade quilombola Mimbó



Iniciativa de alunos do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na disciplina de Administração de Marketing, ministrada pela prof^a. Dra. Ana Regina Rêgo, a campanha MIMBÓ: INVISTA NESSE RITMO visa arrecadar roupas e livros em bom estado de uso que serão doados à comunidade quilombola Mimbó, localizada a 22 km de Amarante-PI e a 170 km de Teresina.

Além de roupas, a comunidade carece de incentivo à leitura, tendo em vista que a única biblioteca do local possui poucos exemplares. A iniciativa atende a uma solicitação de líderes da comunidade, levando em conta necessidades do povo Mimbó. A ideia é motivar a sociedade de Teresina e a comunidade acadêmica da UFPI a fazer doações e a se engajar na causa, praticando a solidariedade, incentivando e promovendo o acesso aos livros. Além disso, a campanha busca fazer com que o Mimbó se torne mais conhecido e valorizado.

A doação de roupas e livros pode ser feita em um dos pontos de arrecadação espalhados por Teresina. No Centro da cidade, são pontos da campanha a loja Arcádia, a Igreja Nossa Senhora das Dores e o Colégio Gauss (Bairro Ilhotas). Na Zona Sul as doações podem ser feitas no Condomínio Isadora (Bairro Cristo Rei) e na sede da Justiça Federal. Na Zona Leste os pontos de arrecadação são a Facid, a Uninovafapi e a Igreja Assembleia de Deus (Bairro de Fátima). Além disso, vários pontos estão espalhados pela Universidade Federal do Piauí, campus de Teresina. São eles o DCE da UFPI, o Centro Acadêmico de História, o Centro Acadêmico de Filosofia, o Centro Acadêmico de Pedagogia e o Centro Acadêmico de Comunicação Social/Jornalismo.

Mais informações podem ser encontradas no blog invistamimbo.wordpress.com e na fanpage facebook.com/invistamimbo. A campanha MIMBÓ: INVISTA NESSE RITMO se estende até o dia 20 de novembro de 2014. Ao final das arrecadações os alunos irão fazer uma excursão ao Mimbó, onde entregarão as doações recolhidas à comunidade quilombola.

CONT.



O MIMBÓ

O Mimbó é uma das mais antigas comunidades quilombolas do estado do Piauí. O assentamento foi criado em 2001 pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e foi demarcado numa área de 1.780 hectares, onde moram cerca de 105 famílias, o que soma uma média de 800 pessoas que ainda vivem do extrativismo vegetal e dependem de programas de transferência de renda do Governo Federal. Além disso, a comunidade quilombola também vive de pequenos comércios e da criação de animais.



Quilombola Mimbó Foto: Ana Regina Rêgo



Quilombola Mimbó Foto: Ana Regina Rêgo

A característica tida como mais forte da comunidade Mimbó são seus traços culturais. Manifestações como o Pagode do Mimbó, as danças e os sons, a religiosidade, a capoeira e outras ações, demonstram a preservação e a importância da cultura afro para este povo. O ritmo marcante, a festividade e a alegria do Mimbó fazem dessa comunidade um importante lugar de herança histórica e cultural para o Brasil e para o Piauí. É esse ritmo forte e envolvente que dá nome à campanha promovida pelos estudantes da UFPI.

Fonte: UFPI



Proteção da Terra Indígena Alto Rio Guamá envolve índios e governos

SÍTIO SEMA-PA, 10.11.2014

A elaboração do Plano de Proteção Ambiental e Territorial da Terra Indígena Alto Rio Guamá é o principal objetivo da reunião de trabalho que acontece na sala do Memorial de Paragominas, município do nordeste do Pará, na sexta-feira (14), de 8h30 às 18h. O evento é organizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), por meio da gerência de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Conservação da Amazônia, contratada pela Sema, com recursos do Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará – Pará Rural.

Localizada nos municípios da região de integração Rio Capim – Capitão Poço, Nova Esperança da Piriá e Paragominas – A Terra Indígena é parte do território ancestral do povo indígena Tenetehar, que habitou extensas áreas entre os estados do Pará e Maranhão. Protegidas pela União, para garantir a sobrevivência cultural indígena, essas áreas também são consideradas um dos últimos fragmentos de floresta primária do Centro de Endemismo Belém (CEB), refúgio da maioria das espécies ameaçadas de extinção no Pará.

Este território indígena vem sendo historicamente ameaçado pelo desmatamento provocado por atividades de extração ilegal de madeira, tráfico de drogas e outros ilícitos ambientais. O Ministério do Meio Ambiente considera a terra indígena como Área de Muito Alta Importância Biológica e Primária para Conservação da Biodiversidade.

Contratação – A Sema contratou a ONG Conservação da Amazônia para executar a primeira fase do Programa de Formação e Treinamento de 30 agentes ambientais indígenas do povo Tenetehar, para agirem nas atividades de proteção ambiental da Terra Indígena, junto a órgãos dos governos estadual, federal e municipal, além de outros parceiros.

O objetivo da reunião de trabalho é apresentar estratégias de atuação aos órgãos de governo no plano preliminar de proteção ambiental e territorial, elaborado por indígenas, para a avaliação e incorporação nas ações desses órgãos, além de realizar um processo de políticas integradas para diminuição da extração ilegal de madeira no local.

Ascom Sema

(91) 3184-334



Exposição reúne produtos confeccionados por mulheres quilombolas

SÍTIO JORNAL DE ALAGOAS, 10.11.2014

A Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos realiza, entre os dias 14 e 17, exposição de produtos desenvolvidos por 120 mulheres de comunidades quilombolas de Alagoas. O evento, que acontece no Shopping Maceió, é resultado de capacitações do Projeto Saber Tradicional de Mulheres Quilombola. Durante a mostra serão entregues ainda duas máquinas de costura e um depósito de armazenamento das mercadorias para cada uma das quatro comunidades participantes.

O projeto é desenvolvido em convênio com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), e tem como finalidade a inserção produtiva desse segmento no mercado de trabalho. A ação permite que mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade pessoal e socioeconômica tenham mais oportunidades.

A secretária de Estado da Mulher da Cidadania e dos Direitos Humanos, Nadja Lessa, ressalta a importância do projeto. "Com a capacitação dessas mulheres, elas reconfiguram sua autoestima, e com a consequente divulgação desses produtos artesanais no mercado consumidor, elas agregam valor à sua renda familiar", assinalou.

Na oportunidade serão expostos produtos como: bolsas, colares, tapetes, chapéus, suplôs, porta guardanapo entre outros. As 120 mulheres capacitadas no projeto fazem parte das comunidades quilombolas de Jacu/Moco, no município de Poço das Trincheiras; Serra das Viúvas, no município de Água Branca; Alto de Negras, no município de Canapi; e de Palmeiras dos Negros, no município Igreja Nova.



Com a ocupação supostamente indígena, invasão ilegal de terra se expande na Zona Norte

SÍTIO CLIP TV NEWS, 10.11.2014

Construção de nova avenida atrai aproximadamente 40 famílias, que se instalam em barracos improvisados e de maneira desordenada, se autodenominando indígenas para, muitas vezes, lucrar com a valorização da área

Enquanto operários, máquinas e tratores trabalham na construção da avenida das Flores, na Zona Norte, dezenas de famílias aproveitam a falta de fiscalização e a especulação no “mercado negro” imobiliário para acelerar a construção de casas e barracos às margens da nova via de acesso, dando origem a novas invasões de terra.

A “oportunidade” atraiu, também, aproximadamente 40 famílias de pessoas que se autodenominam indígenas e fazem parte da “Comunidade Indígena das Flores” estão ocupando terrenos localizados às margens da nova via, próximo ao conjunto Cidadão 12.

De acordo com o líder dos invasores, o cacique Maфра, todas as famílias que estão morando na área moravam no conjunto Cidadão e foram indenizadas com R\$ 13 mil pela Superintendência Estadual de Habitação (Suhab) quando os engenheiros informaram que era necessário desocupar os imóveis para que a obra pudesse continuar.

Ainda de acordo com o cacique Maфра, os documentos para requerer, junto à Suhab, a área ocupada atualmente pelos indígenas, estão sendo reunidos e serão entregues a um advogado, que tomará as providências necessárias a partir da próxima semana. “Nós fomos indenizados, mas com R\$ 13 mil é muito difícil encontrar uma casa nesse valor e acabamos ocupando essa área”, disse.

O cacique informou que a comunidade é formada por indígenas das etnias Kokama, Mura e Miranhã e que, diferente do que é comentado pelos moradores do conjunto, a área é preservada e somente as famílias que iniciaram a invasão permanecem no local. Os lotes foram divididos no mesmo tamanho que os terrenos do conjunto. “Nós só queremos permanecer neste local sem prejudicar ninguém”, acrescentou o cacique.

Maфра diz que as famílias solicitaram das concessionárias de água e energia a instalação dos contadores para que tudo seja regularizado. Segundo um morador do conjunto Cidadão que preferiu não se identificar, a invasão foi alvo de denúncias de várias pessoas que se incomodam com o barulho feito durante a noite e, principalmente, com o Desmatamento causado pela construção dos barracos. “Essa invasão já tem mais de seis meses e ninguém nunca fez nada e a tendência é que a situação piore porque todos fecham os olhos”, disse o morador.

CONT.



Indígenas já haviam 'invadido'

Em 2011, outra invasão formada por líderes indígenas foi registrada bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus. O local, que recebeu o nome de "bairro Nações Indígenas" abrigava, na época, aproximadamente 80 famílias que invadiram uma área verde do bairro. Antes de 2011, duas mobilizações semelhantes foram realizadas.

Ambas acabaram desarticuladas e os indígenas perderam suas moradias depois que os donos das terras reagiram e tiveram o pedido de reintegração de posse acatado pela Justiça. O nome Nações Indígenas é uma referência à diversidade étnica de seus ocupantes. Eram pelo menos dez etnias de diferentes regiões dos Estados do Amazonas e de Roraima que ocupavam no local.

'Assentamento indígena' cresce sem ordenamento

A invasão que surgiu há duas semanas no bairro São Etelvina, Zona Norte, ao lado do estacionamento do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran-AM) que semana passada recebeu o nome de "Assentamento de Indígena" é outra ocupação irregular que segue crescendo desordenadamente.

Na semana passada, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SeMMAs) informou que os proprietários foram orientados a tomar as providências cabíveis, tendo inclusive registrado boletim de ocorrência junto à Delegacia Especializada em Meio Ambiente (Dema), conforme nota do órgão. Os donos deverão também entrar com pedidos de reintegração de posse na Justiça para reaver a área.

De acordo com o advogado dos invasores, Abdalla Sahdo, atualmente 400 famílias ocupam o terreno de aproximadamente 200.000 metros quadrados. Ainda de acordo com o advogado, entre as famílias existem indígenas das etnias Mura, Miranha e Kokama.

O advogado explicou que não há documentos que comprovem a legitimidade dos proprietários, haja vista que o próprio "posseiro" Geraldo Magela Fidelis relata que há montagem de títulos e matrículas perpetradas por um ex-cartorário de nome Geramilton e os indivíduos Raimundo Franco de Sá, João Gomes Henriques e outros.

Abdalla informou que desconhece a informação de venda de lotes. "Eu já estive conversando com representantes da SeMMAs Secretaria de Política Fundiária que por enquanto não há nenhum pedido de reintegração de posse", disse o advogado.

O advogado declarou que pretende entregar um documento hoje, na Secretaria de Política Fundiária, solicitando informações sobre os possíveis proprietários da terra.



Convênio destina R\$ 8 milhões aos Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO BRASIL 247, 11.11.2014

Diário Oficial da União dessa segunda-feira, 10, publicou convênio entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura de Palmas para a realização do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, que acontecerá em Palmas em setembro de 2015; recurso é de R\$ R\$ 8.079.929,32 e a primeira parcela já sai este ano; de acordo com o prefeito de Palmas, Carlos Amastha (PP), a realização do evento na Capital só trará benefícios; "Vamos realizar um verdadeiro resgate dos povos indígenas", garante; Capital receberá mais de 2000 atletas indígenas de 22 etnias brasileiras e representantes de 30 países

O Diário Oficial da União dessa segunda-feira, 10, trouxe o extrato do convênio 806285/2014, assinado entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de Palmas. O recurso orçado em R\$ 8.079.929,32 é destinado à realização dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, que acontecerá em Palmas em setembro de 2015.

De acordo com o documento publicado, o recurso foi dividido em duas parcelas de R\$ 4.039.964,66 cada, sendo uma liberada neste ano e a outra em 2015. Além do recurso federal, ainda está prevista a contrapartida no valor de R\$ 81.650,00.

De acordo com o prefeito de Palmas, Carlos Amastha (PP), a realização do evento na Capital só trará benefícios. "Vamos realizar um verdadeiro resgate dos povos indígenas. Palmas será a primeira cidade do mundo a sediar os jogos iniciando, portanto, os primeiros passos para essa valorização. Contamos com o total apoio do governo federal para viabilizar o evento", reforçou.

O convênio é resultado do projeto desenvolvido pela Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas (Seji) em parceria com a Fundação Municipal de Esporte e Lazer (Fundesportes). De acordo com a Seji, o valor viabilizado no convênio será investido na comunicação, logística e operacionalização dos Jogos.

Jogos

Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas acontecerão em Palmas de 18 a 27 de setembro de 2015. Palmas foi escolhida a cidade sede por apresentar o melhor projeto estrutural e técnico para a Comissão examinadora do Comitê Intertribal e Ministério do Esporte.

A Capital receberá mais de 2000 atletas indígenas de 22 etnias brasileiras e representantes de 30 países. Os Jogos são uma iniciativa do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, em parceria com o Ministério do Esporte e realização da Prefeitura de Palmas, através da Secretaria Extraordinária dos Jogos Mundiais Indígenas.



Sem demarcação das terras, índios Tremembé sofrem ameaças

SÍTIO O ESTADO, 11.11.2014

O conflito por território envolvendo a etnia indígena Tremembé e o empreendimento espanhol "Nova Atlântida", no município de Itapipoca, se agrava a cada dia que passa. Segundo a liderança Adriana Tremembé, essa questão ainda existe, pois não há uma demarcação das terras. Nos últimos três meses, de acordo com Adriana, as barracas e plantações do sítio de retomada indígena instalado no local foram destruídas duas vezes, e ameaças aos que resistem circulam na comunidade.

"No dia 10 de setembro, queimaram as barracas e, um mês depois, um grupo de 15 homens armados chegaram à aldeia, derrubaram a cerca e uma casa de alvenaria que tínhamos construído para as reuniões da associação. Eles chegaram com um advogado dizendo que era da empresa espanhola". Após este acontecimento, os índios receberam uma nova ameaça. "Entramos em contato com os Direitos Humanos, que enviou policiamento para nos proteger. Estamos em um momento difícil, escutamos a todo instante que estamos juradas de morte", desabafou, Herbênia Rosa, liderança da aldeia Tremembé Buriti.

Na tarde de ontem, eles estiveram reunidos na sede do Conselho Regional de Serviço Social (Cress). "Estamos aqui para dar este grito por justiça. Para que as autoridades saibam do que está acontecendo, sensibilizem-se por esta causa e não deixe demorar muito tempo, pois é nossa vida que está em jogo", implorou Adriana, que acrescenta que, fora a disputa das terras com a empresa espanhola, ainda há conflitos com os também indígenas das mesmas terras, mas que trabalham para os empresários. "Quando eles chegaram com o projeto do resort em 2002 para nos mostrar, muito ficaram encantados com a proposta de mudança de vida e, por causa disso, nossa aldeia se dividiu e, até hoje, estamos em conflito", afirmou.

AS TERRAS

A região contestada e em disputa é uma faixa litorânea com dunas, manguezais, nascentes de água doce e uma extensa área de marinha, totalizando 3,1 mil hectares. Segundo os índios Tremembé, a ideia da empresa é ocupar o espaço com um grande complexo turístico formado por vários hotéis e até campo de golfe. Para os índios, entretanto, ali está uma terra que foi de seus antepassados e que guarda sua ancestralidade. Adriana informou que o caso já foi encaminhado ao Ministério Público do Ceará e à Fundação Nacional do Índio (Funai), mas, até agora, não tiveram resposta. Nas terras, vivem cerca de 200 famílias. (Camila Vasconcelos)



Jovem Guarani Kaiowa é baleado por seguranças privados no MS

SÍTIO CEDEFES, 11.11.2014

As demarcações de terra indígenas seguem paralisadas, já para a violência, as porteiras permanecem sempre abertas no estado do Mato Grosso do Sul. Há pouco mais de uma semana, o corpo da jovem Marinalva Guarani-Kaiowá de apenas 27 anos foi encontrado às margens da BR-163, próximo ao município de Dourados. Seu corpo apresentou marcas de 35 golpes por cortes de faca. No entardecer de ontem, 9 de novembro, outro jovem Kaiowá foi vítima de ataque direto, desta vez executado contra um grupo indígena da aldeia de Pyelito Kue, localizada na região de Iguatemi.

Por sorte, o destino de Adriano Lunes Benites, de 21 anos, foi diferente do de Marinalva. O jovem foi alvejado na perna por um disparo efetuado por um "segurança particular", mas acabou saindo com vida do episódio. Segundo a comunidade de Pyelito, Adriano estava na companhia de outros três jovens, dentre eles, duas mulheres que carregavam crianças de colo e que deixaram a aldeia para buscar Guaviras- espécie de fruto típico do cerrado- para comer.

Tendo conseguido as frutas, os indígenas retornavam para casa na estrada pública, divisa entre o Tekoha (Aldeialugar onde se é) e os limites da fazenda Cachoeira, quando o grupo ouviu primeiro o barulho de motocicletas se aproximando e logo depois gritos hostis proferidos contra os indígenas. Já era tarde para recuar. Os Kaiowá foram alcançados por dois homens que portavam uniforme de segurança privado e foram reconhecidos pelos indígenas como "contratados" dos fazendeiros da região.

Os homens chegaram disparando para cima e tão logo alcançaram o grupo indígena, os ameaçaram. Os seguranças atribuíram ironicamente aos jovens Kaiowá a alcunha de "teimosos" por terem saído do que eles definiram como "o cercado dos índios". No caso, o cercado referia-se aos limites da área ocupada hoje pelos indígenas.

Agressivamente disseram que o lugar dos índios ficaria "da cerca para dentro" e que não seria permitido o trânsito de nenhum deles por aquela estrada. Aos gritos anunciaram que os indígenas aprenderiam ainda aquela tarde uma lição. Neste momento quando os indígenas tentaram fugir, os seguranças utilizaram de bombas de gás lacrimogêneo e de spray de pimenta contra o grupo. Os jovens em pânico e completamente atordoados procuraram proteger as crianças que choravam muito. Enquanto isso, os seguranças começavam nova sequência de disparos, desta vez diretamente contra os indígenas.

Segundo os relatos, as balas raspam a cabeça das mães ao mesmo tempo em que um projétil atingiu a perna de Adriano, o jovem caiu no chão e lá permaneceu deitado, sem que nenhum dos indígenas esboçassem qualquer forma de reação. Na sequência, um dos seguranças guardando sua arma passou a andar em círculos em torno de Adriano incitando o

CONT.



indígena a levantar e brigar com ele “de mãos limpas”. Ao ver que Adriano não revidaria os seguranças partiram para insultos verbais, provocando o tempo inteiro os indígenas com frases como: “Queremos ver se vocês são tão valentes agora” e “onde esta o povo indígena”.

Depois disso, os seguranças se afastaram e subiram novamente em suas motocicletas. Os demais jovens ajudaram Adriano a levantar e começaram arrastá-lo com a maior velocidade que conseguiam pela estrada. Os motoqueiros ao baterem em retirada efetuando os últimos disparados que passaram zunindo sobre a cabeça do grupo Kaiowá.

Com o barulho, alguns indígenas tomaram o rumo da estrada apela qual Adriano era carregado encontrando em seguida o grupo que ainda se encontrava atordoado pelo efeito do gás lacrimogêneo.

Por telefone, um dos filhos da Cacique, que por motivos de segurança não será identificado, disse que “a comunidade não vai aceitar nem mais um dia ser tratada desta maneira. Estamos vivendo feito bicho, pior que gado, querem nos cercar, nos manter em cativeiro, com fome, sem saúde, se for assim partiremos para nosso direito e para nosso território”.

Os indígenas, revoltados, exigem o imediato comparecimento da Funai e da Polícia Federal, em Pyelito Kue, como há muito tem pedido. Anunciam que não irão ficar calados frente a todo este quadro de violência. Que se acaso não houver o comparecimento dos órgãos, a comunidade de Pyelito entenderá que a única solução possível para seu povo é a retomada imediata de todo o seu território e a expulsão dos fazendeiros das terras indígenas, uma vez que estando por conta e risco, a presença dos fazendeiros continuará significando perigo constante e diário para a comunidade indígena.

O povo Guarani-Kaiowá de Pyelito vem a tempo denunciando os cercos e ataques realizados por pistoleiros contra sua comunidade. Em fevereiro deste ano, fazendeiros da região de Iguatemi bloquearam as estradas de acesso ao território indígena impedindo o deslocamento dos Kaiowá para fora da aldeia. Até mesmo a Funai foi impedida de prestar atendimento ou socorro aos indígenas. Armados, os fazendeiros falavam abertamente em atacar os Kaiowá no momento em que julgassem oportuno.

Em março, disparos foram efetuados por motoqueiros do portão que oferece acesso à aldeia. Esta se tornou uma prática recorrente nos meses seguintes. Já no dia 7 de outubro, ameaças endereçadas às lideranças foram feitas por parte dos fazendeiros e um dos barracos ocupados pelos indígenas chegou a ser incendiado. As ameaças se tornaram atentados concretos. Apenas três noites depois, no dia 10 de outubro, motoqueiros voltaram a disparar contra a comunidade, refugiando-se após os disparos no interior da fazenda Cachoeira. Não bastasse, os fazendeiros voltaram a impedir os indígenas de sair, aterrorizando todas as noites a vida dos Kaiowá.

Enquanto do lado de fora os pistoleiros rondam, do lado de dentro da aldeia a fome castiga. A situação de extrema miséria dos Kaiowá de Pyelito Kue vem sendo denunciada pelo Cimi há mais de vinte dias.

Fonte: <http://www.cimi.org.br>



ONU Mulheres pede justiça sobre assassinato da liderança indígena Kaiowá Marinalva Manoel

SÍTIO CEDEFES, 11.11.2014

Em nota pública divulgada nesta quinta-feira (6), a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, pediu “rigor” e “celeridade” na investigação sobre o assassinato da liderança indígena Kaiowá Marinalva Manoel, de 28 anos. Segundo relatos da imprensa, o corpo de Marinalva foi encontrado com diversas facadas no último sábado (1/11), na BR-163 em Dourados, a 214 km de Campo Grande (MS).

Segundo a nota da ONU Mulheres, a Kaiowá Marinalva Manoel era uma “mulher jovem obstinada que ousou defender os direitos dos povos indígenas, inclusive o de garantia à terra, e de sua ancestralidade, como ocorreu em 15 de outubro passado, quando esteve em Brasília como parte de comitiva indígena reunida com representantes do Judiciário”. Leia a nota abaixo:

NOTA PÚBLICA

O assassinato da liderança indígena Kaiowá Marinalva Manoel, de 28 anos, nos acomete de extremo pesar pela violência e pela truculência com que sua vida foi ceifada no último 1º de novembro, nas margens da BR-163, em Dourados (MS). Ela era uma das defensoras da demarcação da terra indígena Ñu Verá e integrante do Grande Conselho Guarani-Kaiowáda Aty Guassu. Frente ao perfil e às ameaças recebidas pela vítima, são evidentes os elementos de feminicídio, assassinato de mulheres por razão de gênero.

A Kaiowá Marinalva Manoel era uma mulher jovem obstinada que ousou defender os direitos dos povos indígenas, inclusive o de garantia à terra, e de sua ancestralidade, como ocorreu em 15 de outubro passado, quando esteve em Brasília como parte de comitiva indígena reunida com representantes do Judiciário.

Solicitamos ao poder público rigor e celeridade na investigação e justiça para o assassinato da jovem indígena Kaiowá. A familiares e aos povos indígenas do Brasil, manifestamos solidariedade.

Nadine Gasman
Representante da ONU Mulheres Brasil

Fonte: <http://www.onu.org.br>



Carta Aberta dos povos indígenas Kaingang e Guarani do RS à presidente da República

SÍTIO CEDEFES, 11.11.2014

Nós lideranças indígenas dos povos Kaingang e Guarani do Rio Grande do Sul, reunidas em Passo Fundo (RS), nos dias 30 e 31 de outubro de 2014, dirigimo-nos respeitosamente a V. Excia., cumprimentando-a pela reeleição, mas especialmente para expor nossas preocupações com a política indigenista imposta no decorrer do seu primeiro mandato e, ao mesmo, apresentar nossas reivindicações, fundamentalmente aquelas que estão em conexão com as normas contidas na Constituição Federal.

Senhora Presidente, as comunidades Kaingang e Guarani que lutam pela demarcação de suas terras tradicionais Re Kuju (Campo do Meio), terras indígenas de Ketyjug Tegtu (Santa Maria, Três Soitas), Rio dos Índios, Xingú, Lajeado do Bugre, Mato Castelhanos, Morro do Osso, Passo Grande da Forquilha, Kandóia, Faxinal e Irapuá, Mato Preto, Santa Galo, repudiam a política antiindígena que está em curso no Brasil e que traz como consequência a paralisação dos processos demarcatórios e a criminalização das lutas pela terra e por direitos.

A senhora, ao longo dos últimos quatro anos transformou a Funai num órgão desvinculado de seu governo, tratando-o como estorvo e não dando a ele a capacidade de intervenção e de ação no âmbito de suas atribuições primordiais: a demarcação das terras, sua proteção e fiscalização.

Enquanto isso, senhora presidente, os povos Kaingang, Guarani e as comunidades Quilombolas continuam a viver em situação de acampados e sofrendo ameaças, atitudes de racismo e a consequente falta de atendimento básico que levam a uma situação de miserabilidade.

Tal situação é agravada pela ação de deputados, prefeitos, organizações representativas de agricultores e outros políticos interesseiros que estimulam atitudes preconceituosas e incitam a violência contra os povos. Exemplo claro foi o vídeo que circulou nas redes sociais da internet, com ampla repercussão em outros meios de comunicação onde contém os discursos dos deputados federais Luis Carlos Heinze e Alceu Moreira, que são parlamentares de sua base de apoio. No Rio Grande do Sul muitos candidatos a deputados federais e estaduais se elegeram com discursos igualmente racistas, inclusive veiculados nos programas da propaganda eleitoral gratuita.

A senhora é sabedora de que os direitos indígenas e quilombolas sofrem ataques constantes e não precisaríamos nem estar lembrando isso. Tanto é que solicitou ao Ministério da Justiça suspendesse todas as demarcações de terras. E nós somos sabedores, senhora presidente, que isso ocorreu porque o seu governo sofre pressão destes seus aliados da bancada ruralista no

CONT.



Congresso Nacional, a quem a Senhora agrada a cada ano com bilhões de reais do orçamento público para financiar o agronegócio. É bom lembrar a Senhora que se fosse por causa desses seus aliados, a Senhora teria perdido as eleições.

As terras e territórios aqui no Rio Grande do Sul, estão sendo degradados pelo capitalismo (monoculturas e o uso de agrotóxicos). A única alternativa para proteger e preservar a natureza e seus recursos, Senhora Presidente, é demarcar as nossas terras.

Não pedimos nada além daquilo que já deveria ter sido feito pelo seu governo em cumprimento à Constituição Federal, à Convenção 169 da OIT e à Declaração sobre os Povos Indígenas da ONU.

Alertamos que nós somos contra os projetos de leis que tramitam no Congresso Nacional contra nossos direitos a terra, a exemplo a PEC 215/2000, Portaria 303/2012 e PLP 227/2012. Somos contra qualquer tentativa de alteração dos nossos direitos constitucionais, especialmente os que estão sendo forjados no âmbito do Supremo Tribunal Federal que pretende estabelecer como determinante para as demarcações de nossas terras o chamado marco temporal de 1988. Alertamos a Senhora que esta é mais uma manobra e que vem sendo alimentada pela Advocacia Geral da União (AGU), órgão do seu governo.

Nós, povos indígenas, exigimos da presidente da República e sua base de governo uma posição contrária a esses projetos genocidas e a proposta do marco temporal. Além disso, Senhora Presidente da República, o Ministério da Justiça e a Funai devem realizar a desintrusão da Terra Indígena Rio dos Índios, e que se faça o levantamento fundiário da Terra Indígena Passo Grande da Forquilha, publique a portaria declaratória da Terra Indígena Kaindóia e da Terra Indígena Irapuá e Mato Preto.

Que a Funai conclua os laudos antropológicos e publique os relatórios das terras indígenas de Lajeado do Bugre, Xingú, Morro do Osso, Mato Castelhanos e Carazinho, Itapuã/Ponta da Formiga/Morro do Coco, Passo Grande/Petim/Arroio do Conde e crie Grupo Técnico de Trabalho (GT) para a identificação e delimitação das terras indígenas Campo do Meio, Faxinal e Katyjug Tegtu (Santa Maria, Três Soitas), que já estão sendo solicitados há anos.

As lideranças indígenas se dispuseram ao diálogo conforme proposto pelo ministro da Justiça, no entanto as tais "mesas de diálogo" não passaram de enganação. Senhora Presidente, alertamos também que não foi cumprido o cronograma de ação da Funai e lideranças indígenas, construído em Passo Fundo, em dezembro de 2011. Os povos exigem que sejam dados passos concretos para o cumprimento da Constituição Federal.

A senhora, ao assumir a presidência da República, jurou defender e aplicar a Constituição Federal, mas lamentavelmente não o fez nestes quatro anos. Esperamos que em seu novo mandato seu juramento não seja mais uma vez em vão. Esperamos que a senhora não assuma, como pauta exclusiva, às exigências econômicas e políticas dos segmentos do agronegócio e com isso excluindo de seus direitos os povos indígenas, os quilombolas, os sem terra e as demais comunidades tradicionais que dependem da terra para sobreviver.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2014

Brasília, 11 de novembro de 2014.

Diante disso, nós os povos indígenas Kaingang e Guarani, esperamos que a Senhora determine o cumprimento imediato da Constituição Federal em seus artigos 231, 232, o Art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que diz que "A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição". Passaram-se 26 anos e a maior parte das terras indígenas ainda não foi demarcada. Senhora presidente, esperamos da Senhora a mesma atitude com relação aos direitos dos Quilombolas, portanto, que se faça cumprir o Art. 68 das ADCT que assegura "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Esperamos que seu novo governo atue efetivamente para garantir aos povos indígenas, quilombolas, às comunidades do campo, das matas e das águas os direitos constitucionais. Que seu juramento sobre a Carta Magna não seja mais uma vez em vão. Por isso, Senhora Presidente, o diálogo sereno e tranquilo é o início de tudo. Propomos, desde logo, que a Senhora receba em audiência nossas lideranças, especialmente das comunidades que vivem em situação de acampamento e em retomada de terra tradicional, para que ouça as nossas palavras, ouça nossos sofrimentos e tome decisões corretas para garantir os nossos direitos.

Confiamos num governo mais sério e comprometido com as causas dos que mais sofrem.

Passo Fundo, 31 de outubro de 2014.

Fonte: <http://www.arpinsul.org.br>